

# **Educação Inclusiva**

## Índice

Lista de acrónimos.....	3
1.Introdução.....	4
2. Síntese do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.....	5
3. Processo de identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão .....	6
4. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão .....	7
Medidas Universais .....	7
Medidas Seletivas .....	10
Medidas Adicionais.....	11
5. Adaptações ao Processo de Avaliação.....	14

## **Lista de acrónimos**

CAA – Centro de Apoio à Aprendizagem

EE – Encarregado de Educação

EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

RTP - Relatório Técnico Pedagógico

PEI – Programa Educativo Individual

PIT – Plano Individual de Transição

PEA – Perturbação do Espectro do Autismo

## **1. Introdução**

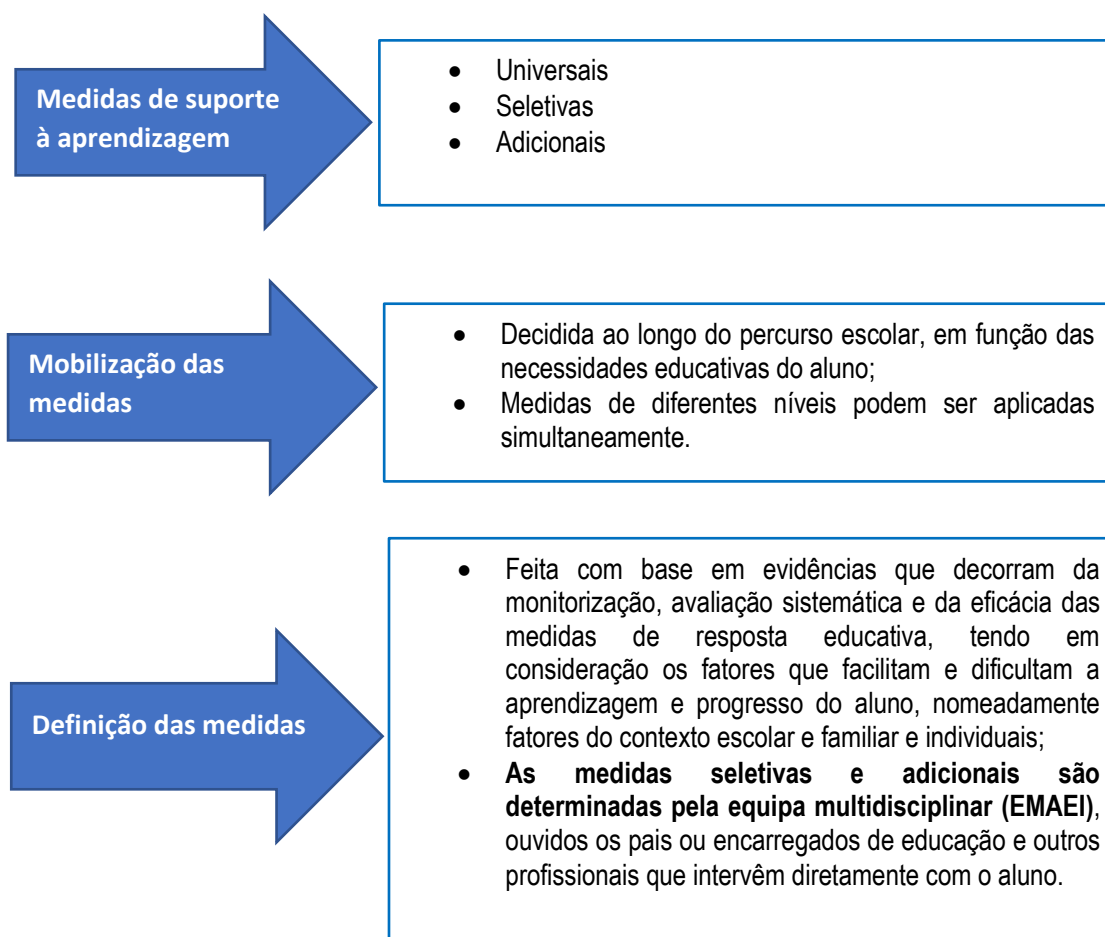
Este documento está organizado de modo a explicitar os procedimentos a adotar no Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento, no âmbito do processo de identificação, da implementação, da avaliação e da monitorização das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, de acordo com o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro por apreciação parlamentar.

Pretende-se contribuir para uma melhoria das respostas educativas, uniformizando, simultaneamente, alguns procedimentos, numa perspetiva transversal a todo o Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento.

## 2. Síntese do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho

O novo regime jurídico da Educação Inclusiva, resultante da publicação do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho e alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro, articula-se com outros normativos legais: o Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória, a Autonomia e Flexibilidade Curricular (publicada pelo Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho) e as Aprendizagens Essenciais (homologado pelo Despacho nº 6944-A/2018 de 19 de julho).

Este diploma identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de todos os alunos ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.



### **3. Processo de identificação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão**

A determinação das medidas universais é da responsabilidade do professor titular de turma e/ou titular da disciplina. O professor deve planificar a(s) aula(s) de modo a eliminar as barreiras ao processo de ensino aprendizagem e potenciar as oportunidades de aprendizagem de todos e de cada um dos alunos. Para tal, deve recorrer a diversas opções de envolvimento dos alunos, de apresentação da informação e de expressão das aprendizagens para permitir o acesso e a aprendizagem de todos os alunos (Desenho Universal para Aprendizagem). Isto implica uma planificação, com recurso a metodologias e estratégias de ensino, materiais e formas de avaliação flexíveis, suportada no conhecimento dos alunos.

A implementação destas medidas é fundamental para prevenir dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

A identificação de alunos para a EMAEI deve ocorrer apenas quando o professor já esgotou todas as estratégias e recursos e, mesmo assim, considera que o aluno necessita de medidas e suporte suplementares para aprender e progredir na aprendizagem. Para tal, deve fazer a referenciação em documento próprio (doc. *Processo de Identificação da Necessidade de Medidas de Suporte à Aprendizagem e à Inclusão*) e recolher evidências e dados significativos sobre a eficácia das estratégias e medidas implementadas e sobre os produtos da aprendizagem dos alunos.

A identificação da necessidade de medidas é feita ao Diretor do Agrupamento de Escolas Dr. Mário Sacramento por iniciativa dos docentes, dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou aluno.

O Diretor, no prazo de três dias, solicita à EMAEI a avaliação da necessidade de mobilização de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, a partir da análise da informação disponível.

A EMAEI determina a necessidade de medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, elaborando o Relatório Técnico-Pedagógico e o Programa Educativo Individual, quando aplicável, que será submetido à aprovação dos pais e/ou encarregado de educação do aluno. Estes relatórios serão homologados pelo Diretor, ouvido o Conselho Pedagógico.

## 4. Medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão

### MEDIDAS UNIVERSAIS

As medidas universais correspondem às respostas que a escola mobiliza para todos os alunos de forma a promover a participação e a melhoria das aprendizagens. As medidas universais consideram a individualidade de todos e de cada um dos alunos através da implementação de ações e estratégias integradas e flexíveis.

A mobilização e operacionalização das medidas universais depende da escola e dos seus profissionais, sustentando-se especialmente nos modelos de enquadramento da legislação (abordagem multinível e desenho universal para a aprendizagem).

A abordagem multinível informa a atuação em áreas específicas como sejam a promoção de comportamento pró-social e intervenção com foco académico numa perspetiva alargada e compreensiva de escola. O desenho universal para aprendizagem é particularmente útil na operacionalização das medidas em sala de aula.

A determinação e a implementação das medidas universais são da responsabilidade dos docentes titulares de turma ou do professor da disciplina e/ou do Diretor de Turma. As medidas universais, incluindo a identificação dos alunos, devem constar das atas de avaliação intercalar e de final de período. Sempre que necessário, estas medidas são aplicadas em parceria com o docente de educação especial, enquanto especialista em diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e avaliação.

MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
<b>Diferenciação pedagógica</b>	Estratégias de ensino diversificadas e modelos de organização do trabalho variados, de modo a facilitar o acesso à aprendizagem. As estratégias de diferenciação pedagógica podem incluir alterações no conteúdo, no processo e no produto como sejam a diversidade de atividades, os modos flexíveis de organizar os grupos/alunos, o apoio da parte do professor ou dos colegas ou a diversidade de processos de avaliação, em particular formativa.	A diferenciação pedagógica pode consistir, entre outras possibilidades, em considerar: <ul style="list-style-type: none"><li>- organização flexível de grupos de alunos segundo os seus interesses, nível de preparação, perfil de aprendizagem;</li><li>- verificar a compreensão das instruções por todos os alunos;</li><li>- fornecer tarefas e trabalhos diferentes aos alunos conforme as suas dificuldades de aprendizagem e ritmo de progressão;</li><li>-ajustar o material ou informação ensinados aos alunos à sua capacidade de leitura e compreensão;</li><li>- propor atividades desafiantes, mas adequadas ao nível de complexidade, autonomia, ritmo do(s) aluno(s), o que implica usar textos em mais do que um nível de leitura, materiais e recursos variados e sistemas de apoio variados;</li></ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- disponibilizar material suplementar;</li> <li>- oferecer aos alunos opções entre tópicos a serem explorados em maior profundidade;</li> <li>- dar a oportunidade de escolha aos alunos acerca de aspetos de um tópico no qual se podem especializar ou ajudá-los a fazer corresponder um interesse pessoal a um objetivo de compreensão;</li> <li>- encorajar os alunos a compreenderem uma ideia através de uma forma preferida de aprendizagem;</li> <li>- fornecer referenciais ou ferramentas organizacionais;</li> <li>- explorar a interdisciplinaridade das noções e dos conceitos;</li> <li>- proporcionar oportunidades de trabalhar em grupo;</li> <li>- propor a realização de uma mesma tarefa com e em diferentes materiais;</li> <li>- adequar o tempo de realização de tarefas ao aluno;</li> <li>- apresentar os conceitos recorrendo a múltiplas representações;</li> <li>- usar maneiras diferentes de completar tarefas, testes e atividades.</li> <li>- usar os produtos da aprendizagem como forma de ajudar os seus alunos a verem ser aplicadas no mundo real na abordagem de situações ou problemas reais ideias e capacidades com as quais contactam na escola.</li> <li>- apoiar o uso de variadas formas de expressão, materiais e tecnologias por parte dos alunos.</li> <li>- recurso à autoavaliação ou avaliação de pares, formativa e sumativa, baseada em critérios de conteúdo e produção.</li> <li>- ...</li> </ul>
<p><b>Acomodações curriculares</b></p>	<p>Medidas de gestão curricular que permitem o acesso ao currículo e às atividades de aprendizagem na sala de aula através da diversificação e da combinação adequada de vários métodos e estratégias de ensino, da utilização de diferentes modalidades e instrumentos de avaliação, da adaptação de materiais e recursos educativos e da remoção de barreiras na organização do espaço e do equipamento, planeadas para responder aos diferentes estilos de aprendizagem de cada aluno, promovendo o sucesso educativo (artigo 2.º, DL 54/2018) Não há lugar a alterações no currículo, mas na</p>	<p>Anexo 5, 6 e 13 do Manual de Apoio à Prática para uma Educação Inclusiva – DGE.</p> <p><a href="#">(Microsoft Word - Manual de Apoio \340 Pr\341tica) (mec.pt)</a></p> <p>Documento_ Medidas Universais AEMS</p>

	forma como o acesso ao mesmo é proporcionado.	
<b>Enriquecimento curricular</b>	Projetos, ações e estratégias de promoção e desenvolvimento de competências académicas, pessoais e sociais contribuindo para o desenvolvimento integrado do potencial de cada um dos alunos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A frequência de projetos de desenvolvimento educativo (Desporto Escolar, Clubes, oficinas...);</li> <li>- Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos;</li> <li>- A participação em atividades de projetos de âmbito local, nacional e internacional;</li> <li>- Parlamento Jovens;</li> <li>- Erasmus;</li> <li>- Escola Promotora de Saúde (PESES),</li> <li>- Eco-Escola;</li> <li>- Escola Aberta; entre outros.</li> </ul>
<b>Promoção do comportamento pró-social</b>	<p>Projetos, ações e estratégias de promoção de competências pró-sociais, desenvolvidas ao nível da escola e da sala de aula.</p> <p>A intervenção é focada essencialmente no domínio comportamental (atitudes e valores; gestão do comportamento; cidadania; expectativas pessoais; saber ser; saber estar; saber fazer), numa perspetiva de desenvolvimento pessoal, interpessoal e de participação social.</p> <p>Esta intervenção é da responsabilidade dos serviços de psicologia, dos docentes e dos assistentes operacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- recurso a regras simples e claras;</li> <li>- implementação de um sistema de gestão de comportamento;</li> <li>- permissão intencional de saídas e ou entradas da sala de aula para pequenas pausas;</li> <li>- utilização de instrumentos para registo do comportamento diário ou semanal.</li> </ul>
<b>Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos</b>	<p>Projetos, ações e estratégias de promoção de competências académicas e comportamentais, desenvolvidas ao nível da escola.</p> <p>A intervenção é realizada por docentes das diferentes áreas disciplinares junto de um pequeno grupo de alunos que reúnam perfis e características similares, centrando-se em ações de promoção do sucesso educativo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoio educativo;</li> <li>- Apoio na Biblioteca Escolar;</li> <li>- Apoio Tutorial preventivo e temporário.</li> </ul>

## MEDIDAS SELETIVAS

As medidas seletivas dirigem-se a alunos que evidenciam necessidades de suporte à aprendizagem que não foram supridas em resultado da aplicação de medidas universais.

A mobilização de medidas seletivas implica a elaboração de relatório técnico-pedagógico, pela EMAEI.

As medidas seletivas são operacionalizadas pelo docente titular do grupo/turma e, sempre que necessário, em parceria com o docente de educação especial, no que respeita à diferenciação dos meios e materiais de aprendizagem e de avaliação.

<p><b>curriculares não significativas</b></p>	<p>não comprometem as aprendizagens previstas nos documentos curriculares, podendo incluir adaptações ao nível dos objetivos e dos conteúdos, através da alteração na sua priorização ou sequenciação, ou na introdução de objetivos específicos de nível intermédio que permitam atingir os objetivos globais e as aprendizagens essenciais, de modo a desenvolver as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (artigo 2.º, DL 54/2018).</p>	<p>efetivam as adaptações curriculares não significativas e procedem à respetiva avaliação. A formulação poderá ser feita por período ou anual e por disciplina ou área disciplinar, sendo da responsabilidade do respetivo docente.</p>
<p><b>Apoio psicopedagógico</b></p>	<p>Concretiza-se, através da capacitação dos professores de Educação Especial ou psicólogos, para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciar a sua prática pedagógica e para desenvolver nos alunos estratégias de autorregulação da aprendizagem, da tomada de decisão e da resolução de problemas. O apoio psicopedagógico tem como principal objetivo otimizar o processo de ensino e de aprendizagem e a aquisição de estratégias fundamentais para a performance académica.</p>	<p>O apoio psicopedagógico é tutelado pelo psicólogo e pelos docentes de educação especial. Constitui-se como um acompanhamento sistemático, focado na promoção das áreas lacunares previamente identificadas, visando a promoção do sucesso pessoal, social e académico.</p>
<p><b>Antecipação e o reforço das aprendizagens</b></p>	<p>Antecipação e reforço de conteúdos determinados em função das necessidades e progressos dos alunos tendo em vista o acesso ao currículo.</p>	<p>Apoio da responsabilidade dos docentes da área disciplinar.</p>
<p><b>Apoio Tutorial</b></p>	<p>Modalidades de apoio tutorial desenvolvidas em pequeno grupo ou individualmente com alunos identificados tendo por base um perfil específico. Este apoio pretende envolver os alunos nas atividades educativas, nomeadamente, através do planeamento e da monitorização do seu processo de aprendizagem, numa perspetiva de autorregulação das aprendizagens, incrementando, deste modo, o bem-estar e a adaptação às expectativas académicas e sociais.</p>	<p>Concretiza-se, através da capacitação dos docentes para que possam intervir na resolução de problemas comportamentais, para potenciar a sua prática pedagógica e para desenvolver nos alunos estratégias de autorregulação, organização e aprendizagem, da tomada de decisão e da resolução de problemas.</p>

## MEDIDAS ADICIONAIS

As medidas adicionais destinam-se a alunos que apresentam dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem não supridas pelas medidas universais e seletivas, exigindo recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão.

As medidas adicionais a implementar devem estar explicitadas no relatório técnico-pedagógico, do qual faz parte integrante o Programa Educativo Individual sempre que sejam propostas adaptações curriculares significativas.

As medidas adicionais são operacionalizadas com os recursos materiais e humanos disponíveis na escola, privilegiando-se o contexto de sala de aula.

A avaliação da sua eficácia compete à EMAEI, de acordo com o definido no RTP.

MEDIDA	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
<b>Frequência do ano de escolaridade por disciplinas</b>	Frequência por disciplinas em função das necessidades e progressos dos alunos tendo em vista o acesso ao currículo.	O aluno matriculado num determinado ano, frequenta metade das disciplinas e no ano letivo seguinte frequenta as restantes disciplinas.
<b>Adaptações curriculares significativas</b>	As medidas de gestão curricular que têm impacto nas aprendizagens previstas nos documentos curriculares, requerendo a introdução de outras aprendizagens substitutivas e estabelecendo objetivos globais ao nível dos conhecimentos a adquirir e das competências a desenvolver, de modo a potenciar a autonomia, o desenvolvimento pessoal e o relacionamento interpessoal (artigo 2.º, DL 54/2018).	A implementação desta medida pressupõe a elaboração de um PEI. O PEI é concebido para cada aluno e resulta de uma planificação centrada na sua pessoa. Contém a identificação e a operacionalização das adaptações curriculares significativas, integra as competências e as aprendizagens a desenvolver, a identificação das estratégias de ensino e das adaptações a efetuar no processo de avaliação, promovendo a autonomia, o desenvolvimento pessoal e social e a garantia do sucesso global do aluno. A avaliação da eficácia é da responsabilidade do conselho de docentes ou conselho de turma e fica registado na respetiva ata.
<b>Plano Individual de Transição</b>	O plano individual de transição elabora-se para cada aluno que frequenta a escolaridade com adaptações curriculares significativas, três anos antes de atingir o limite da escolaridade obrigatória. O plano individual de transição é um conjunto coordenado e interligado de atividades delineadas para cada aluno, visando garantir a oportunidade, o acesso e o apoio à transição da escola para as atividades pós-escolares e, sempre que possível, para o exercício de	Este plano é desenhado de acordo com as necessidades individuais, os interesses, as competências e as expectativas do aluno e da sua família e, deste modo, complementa o programa educativo individual, tendo como perspetiva proporcionar as oportunidades e as capacidades que promovam a autodeterminação, a inclusão e a participação em todos os aspetos da vida adulta. Para os alunos cujas capacidades lhes limitem o exercício de uma atividade profissional no futuro, deve focalizar-se na identificação de atividades ocupacionais adequadas aos seus interesses e capacidades.

	uma atividade profissional.	
<b>Desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado</b>	<p>O ensino estruturado traduz-se num conjunto de princípios e estratégias que, com base na estruturação externa do espaço, tempo, materiais e atividades, promovem uma organização interna que permite facilitar os processos de aprendizagem e de autonomia das pessoas com Perturbação do Espectro do Autismo (PEA), diminuindo a ocorrência de problemas de comportamento.</p> <p>Através do ensino estruturado é possível:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fornecer uma informação clara e objetiva das rotinas;</li> <li>- Manter um ambiente calmo e previsível;</li> <li>- Atender à sensibilidade do aluno aos estímulos sensoriais;</li> <li>- Propor tarefas diárias que o aluno é capaz de realizar;</li> <li>- Promover a autonomia.</li> </ul> <p>A criação de situações de ensino/aprendizagem estruturadas minimiza as dificuldades de organização e sequencialização, proporcionando segurança, confiança e ajuda à criança/jovem com PEA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementar e desenvolver um modelo de ensino estruturado, consistindo na aplicação de um conjunto de princípios e estratégias que promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das atividades;</li> <li>- Aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que, com base no modelo de ensino estruturado, facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social</b>	É uma área transversal que visa desenvolver o relacionamento do aluno consigo próprio, com os outros e com o mundo, num processo de desenvolvimento de atitudes, valores e disposições que constituem as bases de uma cidadania autónoma, consciente e solidária.	As competências são desenvolvidas por todos os intervenientes educativos numa lógica articulada, integrada e contextualizada.

## 5. Adaptações no processo de avaliação (Artigo 28.º)

### Constituem adaptações ao processo de avaliação

- diversificação dos instrumentos de recolha de informação, tais como, inquéritos, entrevistas, registos vídeo ou áudio;
- enunciados em formatos acessíveis, nomeadamente braille, tabelas e mapas em relevo, daisy, digital;
- interpretação em LGP;
- utilização de produtos de apoio;
- tempo suplementar para realização da prova;
- transcrição das respostas;
- leitura de enunciados;
- utilização de sala separada;
- pausas vigiadas;
- código de identificação de cores nos enunciados.

- Realização de provas de Português como segunda língua;
- Utilização de instrumentos de apoio à aplicação de critérios de classificação de provas para alunos com dislexia.

A definição e identificação de adaptações ao processo de avaliação interna compete ao professor titular de turma/ de disciplina ou conselho de turma e devem constar do processo do aluno.

As **adaptações ao processo de avaliação** devem surgir de forma integrada no processo de ensino aprendizagem do aluno. Estas adaptações devem ser fundamentadas e registadas em ata e nos documentos em vigor no agrupamento.

Quanto à **avaliação externa**, no ensino básico, são da competência da escola, devendo ser fundamentadas, constar do processo do aluno e ser comunicadas ao Júri Nacional de Exames.

Para que as adaptações possam constituir fatores de equidade, importa ter presente que:

- Os alunos devem ser ouvidos sobre a identificação das adaptações a introduzir no processo de avaliação;
- As adaptações ao processo de avaliação devem ter por base as características de cada aluno em particular;
- As adaptações no processo de avaliação têm como finalidade possibilitar que o aluno evidencie a aquisição de conhecimentos, capacidades e atitudes e competências técnicas quando aplicável;
- As adaptações usadas no processo de avaliação sumativa devem ser coerentes com as usadas no processo de ensino e de aprendizagem;

- Uma nova adaptação não deve ser introduzida durante o processo de avaliação sem que o aluno já se encontre familiarizado com a mesma;
- A necessidade de adaptações ao processo de avaliação é, em norma, transversal às diferentes disciplinas.

#### Constituem acomodações no processo de avaliação

- uso de pistas visuais;
- uso de dicionários;
- lembretes de regras;
- uso de exemplos da vida real;
- debates/brainstorming;
- tempo disponibilizado;
- grupos cooperativos;
- uso da tecnologia;
- uso de um quadro com vocabulário;
- ensino de verificação ortográfica, nomeadamente através da soletração;
- uso de vocabulário previamente ensinado;
- provas orais;
- materiais de leitura gravados em áudio;
- leituras curtas;
- uso de exemplos concretos ou suportes visuais no ensino de conceitos abstratos;
- uso de notas fotocopiadas;
- técnicas de avaliação variadas;
- escolha múltipla, respostas curtas, preenchimento de espaços em branco, correspondência...
- uso frequente de questionários curtos;
- permissão de pausas durante um teste;
- realização de testes sem limite de tempo;
- fazer revisões utilizando questões semelhantes às dos testes;
- possibilitar testes orais;
- permitir o uso do processador de texto;
- permitir o uso da calculadora;
- fornecer testes em formato ampliado;
- realizar testes com consulta do livro;
- realizar o teste em sala à parte;
- fornecer testes/exames em formatos alternativos. Ex.: áudio, Braille, etc.

Aveiro, 5 de setembro de 2023

A Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva do AEMS